

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 16 de novembro de 2022 às 07h55
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Pirataria

Pirataria continua de vento em popa apesar de streaming e da polícia 3

Pirataria continua de vento em popa apesar de streaming e da polícia

Foto: Peter Dutton/Flickr / Tecnoblog

O vento parecia soprar contra a na última década no Brasil. Não só ações de repressão da **Receita** Federal e **Polícia** Federal se tornaram mais fortes, principalmente nas áreas de **vestuário** e **cosméticos**, como serviços de **streaming** pareciam desencorajar o público a baixar filmes e séries de TV de forma ilegal. No entanto, números mostram que a **pirataria** continua de vento em popa no país.

Segundo dados da **Frente** Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP), o em 2021, somando os prejuízos setoriais e a sonegação de impostos. As roupas piratas continuam à frente, com prejuízos de até R\$ 60 bilhões no ano às marcas oficiais. Também acumulam danos os setores de combustível (R\$ 26 bilhões), cosméticos (R\$ 21 bilhões), TV por assinatura (R\$ 15 bilhões) e audiovisual (R\$ 4 bilhões).

Com isso, hoje, o **mercado** ilegal abocanha cerca de 3,45% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil. Bem acima da média em toda a América Latina, de 2% do PIB de todos países.

"Continua sendo uma preocupação. É um fenômeno mundial que gera muitos recursos, que movimenta bilhões, e é sempre uma atração para o criminoso. Risco baixo, lucro alto", explica Edson Vismona, advogado e fundador e presidente do Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP). "É um fenômeno econômico. E a tendência é de crescimento desde 2014. Infelizmente, acredito que é algo que vai crescer ainda mais".

Particularidades de cada setor

Uma das maiores dificuldades no combate à **pirataria** está nas diferenças que existem na ilegalidade de cada setor. Com a **Copa** do Mundo, por

exemplo, a previsão da FNCP é que a ilegalidade dispare no setor de vestuário. Geralmente são produtos vendidos em marketplaces na **internet** ou, então, em lojas ilegais nos centros das grandes cidades espalhadas pelo país.

Já o cigarro tem uma dimensão impressionante: 48% do mercado é fruto de contrabando no Brasil. "Em termos de volume, o que mais impacta é o setor de vestuário. Mas, em termos de apreensão, cigarros. Isso assusta", contextualiza Vismona. "Por isso que operações da Receita e da Polícia Federal são importantes. A expectativa de operação realizada recentemente na **25** de Março e no **Brás** (em São Paulo) é de apreensão de R\$ 1 bilhão em".

Já o setor audiovisual sofre com ameaças mais difíceis de lidar. Era esperado que os serviços de streaming dessem um respiro para as produtoras de filmes e séries, já que seria mais confortável e prático pagar por algumas plataformas e ter acesso quase ilimitado à conteúdos. Não foi isso que aconteceu: o mercado ilegal, segundo a FNCP, é imenso.

Um relatório divulgado em fevereiro deste ano, sob responsabilidade da Akamai, empresa global de cibersegurança e entrega de experiências digitais, mostra a persistência da **pirataria** online no Brasil. Em 2021, o Brasil ficou em quinto lugar no ranking global de acessos em atrás de Estados Unidos, Rússia, Índia e Turquia.

Foto: Markus Spiske/Unsplash / Tecnoblog

Outro relatório recente da Akamai em colaboração com a Muso, empresa de tecnologia **antipirataria**, ilustra como a prática ainda é financeiramente prejudicial; segundo o levantamento, foram mais de 4,5 bilhões de streams e downloads não licenciados ao longo de 2021.

Continuação: Pirataria continua de vento em popa apesar de streaming e da polícia

Curiosamente, a empresa observou quem procura por esse conteúdo pirateado também paga para acessar outros serviços de streaming de forma legal. Ou seja: a **pirataria** não surge exclusivamente pela falta de acesso às plataformas. Muitas vezes tem como meta ver filmes ou séries que não estão disponíveis no Brasil por meios legais ou, ainda, a falta de interesse em pagar pela grande quantidade de plataformas existentes no mercado.

"Ainda não é possível afirmar que existe necessariamente uma relação entre o advento do streaming e a diminuição da **pirataria**, e os dados sobre esse mercado ilegal não fornecem estimativas de diminuição dessa prática", explica Claudio Baumann, diretor geral da Akamai para a América Latina.

Os sites de mais populares somam 37 milhões de visitas nos últimos anos, de acordo com a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA). Já os serviços de streaming não costumam abrir esses números no Brasil.

Tecnologia avança com caixinhas

Foi-se o tempo que o único medo da TV por assinatura era o "gato", apelido do ponto pirata de canais pagos. Nos últimos anos, as chamadas se tornaram uma dor de cabeça no setor. Encontradas facilmente nas ruas do bairro de **Santa** Ifigênia, no centro de **São** Paulo, elas surgem com uma proposta de liberar todos os canais por assinatura por um único valor.

A ABTA calcula que, em dez anos sem um combate eficiente, a fraude de sinal no setor pode extinguir 150 mil postos de trabalho legais e qualificados, so-negar mais de R\$ 500 milhões ao **Tesouro** Nacional, evadir R\$ 10 bilhões em investimentos e atrasar programas de inclusão digital na sociedade. Segundo a FNCP, só em 2021, as perdas no setor de TV por assinatura ficaram na casa dos R\$ 15 bilhões.

"A **pirataria** é hoje a maior ameaça ao setor de TV

por assinatura no Brasil", diz a associação, por e-mail. "Segundo a Anatel, já foram retiradas do mercado mais de 1,2 milhão de em ações coordenadas com a Ancine e Receita Federal. O volume apreendido representa um valor total de mais de R\$ 395 milhões, entre TV boxes ilegais e decodificadores piratas de TV por assinatura".

A associação lembra ainda que desde 2011 os infratores passaram a ser enquadrados como usuários ilegais pela **Lei** Geral das Telecomunicações. Pelo texto, eles cometem o mesmo delito de quem distribui os sinais clandestinamente ou fornece a quebra do código de acesso, já que também contribui para a sua ocorrência.

Foto: freestocks / Unsplash

Vismona, da FNCP, chama a atenção de como o combate às caixinhas precisa aliar operações, conscientização e amadurecimento dos órgãos envolvidos. "O consumidor, tendo conhecimento da origem do produto, vai interferir no processo de compra. Muitas vezes, a pessoa compra um produto e acha que é legal, como no caso dessas caixinhas. Mas, na verdade, pode ser perigoso", diz o advogado.

Apesar das perdas, **pirataria** é bandeira política

Ainda que o mercado lute contra a **pirataria**, parte dessa prática é defendida por organizações políticas. Nas últimas décadas, os **Partidos** Piratas surgiram ao redor do mundo defendendo que a **pirataria** faz com que todos tenham acesso ao conhecimento, por exemplo. Não veem com justo que algumas pessoas tenham acesso exclusivo, por conta de dinheiro, ao que é exibido no cinema e TV.

No Brasil, o grupo está em atividade desde 2012 com a mesma proposta. "Os propósitos principais do partido sempre foram a luta por uma **internet** livre, segura e neutra, o acesso à informação e cultura, os direitos civis, expressos muito por meio das **redes**, a transparência governamental e de suas relações com

Continuação: Pirataria continua de vento em popa apesar de streaming e da polícia

os poderes econômicos e a privacidade das pessoas", explica o partido, em resposta anônima por e-mail a **Byte**.

Foto: Mika Baumeister/Unsplash / Tecnoblog

O Partido hoje não existe mais formalmente no Brasil após decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o prazo para coleta de assinaturas. Em paralelo, o grupo criou o Instituto Aaron Swartz (ciberativista morto em 2013) com o objetivo de promover cultura e educação dentro dos seus ideais. Já atuou em questões como a discussão pública que levou ao , e mais recentemente, ao combate aos Copyright Trolls, pessoas que realizam assédio jurídico a outras por supostas violações de **direitos** autorais.

Fora do Brasil, enquanto isso, o Partido tem quatro **deputados** piratas no parlamento europeu (três tchecos e um alemão), além de fazer parte oficialmente do governo federal tcheco.

Futuro da **pirataria**

Enquanto o Partido Pirata hasteia suas bandeiras, outras instituições prometem amplificar a luta contra a **pirataria** nos próximos anos -- afinal, a curva de prejuízo só sobe.

"O viés é de alta, mas não podemos esmorecer. Não pode pensar que é enxugar gelo. Isso afasta investimentos, riquezas e financia o **crime**. Qualquer

discurso contrário . Assim como a corrupção e outros delitos, temos que combater a **pirataria** sempre", contextualiza Vismona.

Claudio Baumann, da Akamai, destaca que, além do evidente aumento no volume de conteúdo pirateado, a **pirataria** inclui fatores econômicos e tecnológicos, tornando o tema um assunto difícil para empresas e autoridades.

"Por ser um negócio que envolve cifras milionárias, é preciso que as empresas que produzem esses conteúdos caminhem junto com seus parceiros de segurança digital", explica. "É preciso considerar que os **cibercriminosos** usam diversos métodos de e, portanto, é imprescindível considerar diversas camadas de proteção para manter a situação sob controle".

O Partido Pirata, claro, pensa diferente. "A cultura é algo feito pelas pessoas, e só tem sentido se compartilhada. Vamos continuar lutando para que todo esse modelo de **direitos** autorais, já bastante distorcido, seja revisto em prol das pessoas, dos artistas, dos cientistas, desenvolvedores, da sociedade de modo geral", disse a organização à reportagem.

+Os melhores conteúdos no seu e-mail gratuitamente. Escolha a sua Newsletter favorita do Terra. !

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3

Pirataria
3